

## **Para além dos *discursos heróicos*: um olhar sobre os debates ocorridos no contexto da rio +20**

Cecília Maria Pinto do Nascimento

Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Ensino e História de Ciências da Terra  
Instituto de Geociências (IG) - Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP  
[cmpn.ci@gmail.com](mailto:cmpn.ci@gmail.com)

Maria das Mercês Navarro Vasconcellos

Educadora do Museu da Vida/Casa de Oswaldo Cruz/Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz).  
Professora de Ciências da Rede Pública do Sistema Municipal de Ensino do RJ atuando na equipe da  
Gerência de Educação de Jovens e Adultos da Secretaria Municipal de Educação do Rio de Janeiro.  
[merces@coc.fiocruz.br](mailto:merces@coc.fiocruz.br)

Maurício Compiani

Livre Docente em Educação Geocientífica Instituto de Geociências (IG)  
Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP  
[compiani@ige.unicamp.br](mailto:compiani@ige.unicamp.br)

### **Resumo:**

Esse texto reflete sobre discursos contra-hegemônicos proferidos na Rio+20 e sua relação com a proposta do espaço oficial de participação da sociedade nesta conferência. Identificamos a presença de uma contraposição a um discurso hegemônico, que denominamos heróico, mas argumentamos que esta não afeta os resultados desse evento. Os discursos selecionados para nossa análise apontam o questionamento do modo de produção capitalista como fator importante a ser considerado na discussão sobre os problemas socioambientais, mas esta problematização não produz resultados práticos nem na Conferência nem no espaço denominado “Diálogos...”. Fazemos a crítica ao modelo de participação adotado nessa conferência, mas reconhecemos o valor desta enquanto espaço de disputa política que não começa e nem se encerra na realização desse evento. Com base nessa análise propomos a utilização de vídeos-registro dos discursos de chefes de Estado na Rio +20 como ferramenta para a explicitação de conflitos em trabalhos de Educação Ambiental emancipatória.

**Palavras-chave:** Educação Ambiental emancipatória, Discursos heróicos, Rio+20.

**Abstract:** A reflection on the discourses given at the Rio +20 help compose a picture in which meanings are possible other than those associated with *heroic discourses* on environmental issues. Such discourses indicated the capitalist mode of production as an important factor to be considered in the discussion of environmental problems and show that their confrontation is closely linked to our ideas of development and sustainability. However, the meeting builds a participatory space vanishes while establishing its political process, by combining the proposals for addressing the environmental problems raised by the actions *heroic discourses*. Since these events have great influence on the maintenance of these discourses and contribute to enroll as a model the participation process established by them, pointed out the importance of reflection on these processes in order to explain how influence works formal Environmental Education formal/no formal structured around participatory processes.

**Keywords:** Environmental education emancipatory. Heroic discourses. Rio+20.

## Introdução

“A produção capitalista, portanto, só desenvolve a técnica e a combinação do processo social de produção, exaurindo as fontes originais de toda a riqueza: a terra e o trabalhador. (MARX)

Esse texto apresenta parte da introdução dos estudos que realizamos em uma pesquisa de doutorado na qual fazemos uma investigação sobre representações audiovisuais utilizadas em ações de Educação Ambiental no contexto do capitalismo tardio.

Utilizamos a expressão *capitalismo tardio* seguindo a denominação utilizada por Fredric Jameson (JAMESON, 1996) em sua análise do contexto cultural das obras intituladas pós-modernas, na qual identifica que as mesmas funcionam como lógica cultural desse tempo. Para Jameson<sup>1</sup>:

[...] na cultura pós-moderna, a própria “cultura” se tornou um produto, o mercado tornou-se seu próprio substituto, um produto exatamente igual a qualquer um dos itens que o constituem: o modernismo era, ainda que minimamente e de forma tendencial, uma crítica à mercadoria e um esforço de forçá-la a se autotranscender. O pós-modernismo é o consumo da própria produção de mercadorias como processo.

Jameson, utiliza a expressão “capitalismo tardio” segundo o economista Ernst Mandel em seu livro de mesmo nome, publicado em 1985, no qual empreende uma análise de caráter marxista a partir do rápido avanço econômico vivenciado no pós-guerra. Em termos gerais, Mandel (MANDEL, 1985) identifica três estágios do capitalismo: o primeiro, chamado de “Clássico ou de Mercado”, como caracterizado por Marx; o segundo, intitulado “Capitalismo de Expansão”, caracterizado pelo capitalismo imperialista e a conquista de colônias; e o terceiro, o qual estamos vivenciando, denominado como “Capitalismo Tardio” ou “Pós-moderno”, marcado pela tecnologia da informação e pelas relações de descolonização em relação à fase anterior. Para Jameson não se trata de Mandel identificar somente um terceiro estágio na evolução do capital “mas também a demonstrar que se trata aí de nada mais nada menos do que um estágio do capitalismo mais *puro* do que qualquer dos momentos que o precederam.” (JAMESON, 1996, p. 29).

Assim, em nossa investigação de doutorado, dialogando principalmente com Mikhail Bakhtin (2010 a, 2010 b) e Slavoj Žižek (2009, 2010), temos constatado que o contexto socioambiental atual está fortemente influenciado pelo uso de representações do planeta Terra que se desdobram em uma infinidade de formas e ideias. Tais representações associadas às chamadas temáticas ambiental, ecológica ou da sustentabilidade presentes em quase todos os campos de nossas vidas, nos levam a estabelecer diálogo com elas em praticamente todos os lugares que frequentamos. Desde os bancos aos supermercados, além da sua presença maciça nos comerciais de TV, na *internet* e como tema central ou de importância menor nos filmes que assistimos.

Estas representações da Terra aliadas a determinados discursos de temática ambiental sugere a ação de mecanismos ideológicos que contribuem para a assunção de uma realidade em que as relações entre sociedade e natureza se abstêm da totalidade da realidade social ao não considerar os processos sociais, econômicos, políticos e culturais

---

1 *Ibidem*, p. 14.

concretos. Assim, descrevem uma humanidade genérica e a-histórica realizando processos como um todo coerente. Deste modo, o diagnóstico dos problemas socioambientais e as propostas de seu enfrentamento estarão comprometidos em sua finalidade.

Estes discursos verbais e não verbais, associados à representação da Terra com variações mais ou menos estilizadas, contribuem para nos encher de otimismo e certo ativismo, contraditoriamente estático, ao sermos frequentemente bombardeados por apelos à prática das chamadas atitudes cidadãos. Do tipo limpeza do bairro ou da praia, reutilização de materiais, redução do consumo de certos itens, plantio de árvores. Dentre esses discursos, podemos elencar uma vastidão áudio e/ou visuais similares que misturam interesses e processos oriundos de diferentes esferas: comercial, política, governamental e não governamental. Nas quais a questão dos problemas socioambientais aparece de forma difusa e/ou pontual. A maioria destes discursos também é utilizada de forma sistematizada e continuada em outros espaços, principalmente como fator motivador, como é o caso da imensa quantidade de projetos ditos de “Educação Ambiental” que inundam atualmente as escolas.

A estes discursos chamamos *discursos heroicos*, pois ao retratar a humanidade como um todo coerente, não apresenta à compreensão e crítica do interlocutor os interesses políticos, econômicos e sociais na modificação da paisagem terrestre que acarreta tantos problemas socioambientais.<sup>2</sup> Estes discursos imprimem à Terra a característica de vida e deslocam para o mesmo o risco de morte, e em seguida constroem uma relação direta entre mudanças atitudinais e de comportamento na vida privada das pessoas como suficientes para solucionar os problemas socioambientais.

Entretanto, para além desses *discursos heroicos* temos que nos questionar sobre quais significações podem ser produzidas a ponto de regular o possível e o impossível sob o qual serão determinadas as ações necessárias ao enfrentamento da crise socioambiental que caracteriza a realidade da sociedade atual.

### **Para além dos *discursos heroicos*. Durante, antes e depois da Rio +20**

A Conferência das Nações Unidas sobre desenvolvimento sustentável - Rio+20 foi realizada entre 20 e 22 de junho de 2012, e reuniu chefes de Governo e Estado e teve, entre outros, o objetivo de discutir maneiras de promover uma “economia verde no contexto do desenvolvimento sustentável”<sup>3</sup> global.

A Conferência, além da fase de preparação realizada durante a III Reunião do Comitê Preparatório, 13 a 15 de junho, foi composta também pelo momento dos “Diálogos para o Desenvolvimento Sustentável”<sup>4</sup>, realizado de 16 a 19 de junho, que foi caracterizado como o espaço da participação da sociedade civil nas discussões oficiais

---

<sup>2</sup> A proposta, explicitação e funcionamento dos *discursos heroicos* são apresentadas em nossa pesquisa de doutorado em andamento intitulada “Estudantes e produção de conhecimento sobre o lugar: a possibilidade de espaços de representação emancipatórios”.

<sup>3</sup> A conferência teve dois temas centrais de discussão: A economia verde no contexto do desenvolvimento sustentável e da erradicação da pobreza; A estrutura institucional para o desenvolvimento sustentável. [http://www.rio20.gov.br/sobre\\_a\\_rio\\_mais\\_20.html](http://www.rio20.gov.br/sobre_a_rio_mais_20.html).

<sup>4</sup> Os 10 diálogos foram: Desemprego, trabalho decente e migrações; Desenvolvimento sustentável como resposta às crises econômicas e financeiras; Desenvolvimento sustentável para o combate à pobreza; Economia do desenvolvimento sustentável, incluindo padrões sustentáveis de produção e consumo; Florestas; Segurança alimentar e nutricional; Energia sustentável para todos; Água; Cidades sustentáveis e inovação; Oceanos. ([http://www.rio20.gov.br/sala\\_de\\_imprensa/sala-de-imprensa/notas/sociedade-civil-fara-recomendacoes-aos-chefes-de-estado-e-de-governo-na-rio-20.html](http://www.rio20.gov.br/sala_de_imprensa/sala-de-imprensa/notas/sociedade-civil-fara-recomendacoes-aos-chefes-de-estado-e-de-governo-na-rio-20.html)).

da Rio+20.

Diferentemente dos *discursos heroicos*, nas discussões na Conferência e no momento dos “Diálogos...”, em que também se discutiu a abrangência global dos problemas socioambientais, diferentes discursos foram proferidos a partir de diversos contextos de vivências locais e o modelo econômico estabelecido mundialmente pôde ser problematizado, verbal e não verbalmente, por diferentes sujeitos históricos – seja este um representante de órgãos ligados à sociedade civil, como as Associações de Trabalhadores e de Estudantes seja pelo representante de um conselho empresarial. Assim, por meio desses discursos, foi possível perceber evidenciadas as desigualdades que assinalam a configuração socioeconômica mundial como resultante dos processos que geram e mantêm mecanismos de garantia da hegemonia, ou seja, de padrões de consumo e de desenvolvimento de uma minoria impostos ao restante da população.

Durante a realização dos “Diálogos...”<sup>5</sup> foram proferidas comunicações que enfatizavam a necessidade de questionar este modelo de economia assim como algumas propostas concretas de mudança. Entre as comunicações podemos citar a participação de Carmen Helena Ferreira Foro – Secretária de Mulheres Trabalhadoras Rurais da CONTAG<sup>6</sup>, que ao problematizar os “ajustes” e “gambiarras verdes” continuamente adotados para dirimir problemas de maior impacto sem ação efetiva, pede pela mudança de paradigma no modelo econômico vigente. Do mesmo modo, Sharan Burrow – Secretária Geral da *International Trade Union Confederation*, diz “o modelo econômico está fracassado”. Enquanto Daniel Iliescu – Presidente da União Nacional dos Estudantes (UNE) – inicia sua fala com a lembrança da relação inseparável entre “humanidade e natureza”, e a eleva ao mesmo patamar do tema em discussão na reunião, alegando ser prioritariamente necessário discuti-la para o que se propõe a conferência. Ele destaca também como importante, o entendimento das responsabilidades como sendo comuns mas diferenciadas segundo o grau dos impactos gerados pelas diferentes nações, e evidencia ainda uma certa indefinição no uso da palavra **verde** – muito repetida durante a conferência e depois dela em diferentes contextos – ao dizer “a cor verde não é suficiente para garantir a erradicação da pobreza e de todos os problemas”. Numa alusão ao uso da cor no termo “*economia verde*”, utilizada pela ONU em um dos temas escolhidos para a discussão na conferência, que em todos os textos e documentos produzidos, associa as duas palavras sem uma definição teórica objetiva, e sem esclarecer como seria desenvolvida na prática essa economia monocromática.

Por conseguinte nos questionamos então, que sentidos, no contexto dos debates ambientais ou sustentáveis, a palavra “verde” ou mesmo o uso desta cor nas representações não verbais, produz? Se nos voltarmos para as ações frequentemente associadas ao *discurso heroico*, identificamos que os sentidos contribuem para formar uma ideologia em que os problemas socioambientais decorrem direta e unicamente dos comportamentos e atitudes de cada indivíduo para com o meio ambiente na sua vida privada. E isto pouco ou em nada colabora para construir um entendimento daquilo que os painelistas Carmen Foro, Sharan Burrow e Daniel Iliescu destacam como importantes para a discussão sobre as relações entre o modo de produção capitalista e a problemática socioambiental atual.

Tais preocupações também estiveram presentes na conferência oficial, tanto nas

---

<sup>5</sup> As comunicações de toda a Conferência, a partir dos “Diálogos...”, está disponível no canal TV NBR – Governo Federal em: [http://www.youtube.com/playlist?list=PLC7832E98042A2CEB&feature=view\\_all](http://www.youtube.com/playlist?list=PLC7832E98042A2CEB&feature=view_all).

<sup>6</sup> CONTAG – Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura.

comunicações dos representantes mundiais – na maioria ministros – quanto dos chefes de Estado e de Governo. Estes proferiram discursos diversificados, desde os que concordavam com o discurso oficial e apenas apelavam por ações capazes de concretizar essa proposta até os que, ao se contrapor ao discurso oficial, evidenciavam que enquanto o modelo de desenvolvimento e consumo forem os mesmos, a erradicação da pobreza não será possível. No discurso crítico, considerou-se que ao manter o padrão de desenvolvimento teremos do futuro um vislumbre cada vez mais aterrorizante das consequências do consumo dos bens ambientais.

Dentro de uma linha problematizadora do discurso oficial, o presidente do Equador, Rafael Correa<sup>7</sup>, inicia seu discurso afirmando que a frase “responsabilidades comuns mas diferenciadas” tem sido insistentemente repetida, porém sem explicitar o que exatamente isso significa. A partir daí, Correa, utiliza-se de argumentos científicos do campo da economia apresentando gráficos com dados sobre a desigualdade entre os países no que diz respeito à emissão de CO<sub>2</sub>. Estes gráficos mostram:

- gráfico 1: relação entre emissões de CO<sub>2</sub> por pessoa e países;
- gráfico 2: relação entre emissões de CO<sub>2</sub> por pessoa e países agrupados em dois blocos, dos 20% de países mais ricos e dos 20% de países mais pobres.

Com base nas informações contidas nestes gráficos – que o tipo de registro oficial da conferência não nos deu acesso visual – o presidente apresenta a seguinte leitura: **60%** das emissões de CO<sub>2</sub>, que causam poluição atmosférica, provêm dos **países mais ricos**, enquanto os **mais pobres** são responsáveis por apenas **0,72%** de emissões do mesmo composto. A partir destes dados Correa ressalta que é desta diferença que se está falando, trata-se de comparar algo menor que 1% com 60%. Ele afirma que, esta desigualdade entre os países com relação à quantidade de CO<sub>2</sub> emitida está diretamente relacionada ao consumo dos bens naturais. Portanto, ele constata que, os países mais ricos além de poluírem muito mais que os mais pobres também são responsáveis pela maior parte do consumo dos bens naturais do planeta. E satiriza esta situação afirmando que, em uma das mais otimistas das previsões – por mais contraditória que pareça – tal configuração deve se manter a mesma para não aumentarmos o padrão de consumo.

Correa conclui que como os impactos causados não são provocados na mesma medida, é importante definir a medida de cada responsabilidade proporcionalmente à grandeza dos impactos ambientais provocados por cada nação, com o objetivo de serem consideradas nas relações econômicas entre países. E aponta que os danos causados ao planeta possuem uma relação direta com o modelo de desenvolvimento adotado. Sendo assim, nações mais ricas, ou seja, mais desenvolvidas, agiram e ainda agem de maneira mais danosa.

A partir desta conclusão podemos constatar o quanto é absurda a proposta da reunião oficial em tentar conciliar a manutenção do modelo econômico altamente concentrador de renda da atualidade, produtor de tão grande desigualdade, com a erradicação da pobreza.

Embora seja fácil comprovar a incoerência da conciliação entre a manutenção do

---

<sup>7</sup> O discurso de Rafael Correa e o de Evo Morales, citado mais a frente, foram proferidos em 21/06/12, durante a Terceira Plenária com Chefes de Estado sobre Desenvolvimento Sustentável, e estão disponíveis em: [http://youtu.be/hY6BwD\\_vDIY](http://youtu.be/hY6BwD_vDIY). Assim, no decorrer do texto citaremos os trechos escolhidos desses discursos como: (AUTOR, Rio+20, 2012).

modelo econômico atual, apenas “imprimindo a este a cor verde”, com a erradicação da pobreza e o quanto os países mais pobres sofrem com a desigualdade, estes não têm tido a opção de adotar um outro modelo econômico. O modelo atual tem sido imposto, desejado e perseguido como um caminho natural e necessário, e as nações mais pobres se empenham em percorrê-lo, se possível de forma cada vez mais acelerada. E nos últimos anos tem sido visto até com certa admiração o crescimento econômico de países como Brasil e China. Que “copiando” o caminho dos países mais ricos aumentam também a sua taxa de extração e consumo de bens naturais, e proporcionalmente a taxa de emissões de poluentes.

Entretanto, para além da dicotomia discutível entre um conjunto de comportamentos comuns a países ricos e outro a países pobres, de fato é que observamos no geral “a pior distribuição do consumo de bens ambientais” (“Comunicação Rafael Correa. Rio+20”, 2012). Frente a esse quadro e à corrida para alcançar o almejado desenvolvimento, é comum ouvirmos certos argumentos em favor desta distribuição desigual, como por exemplo, se os países mais pobres não consomem tanto quanto os países ricos é lógico aceitar que a consequente distribuição também deve ser desigual. Em relação a este tipo de argumentação, o presidente do Equador utiliza de uma forma interessante do ponto de vista da elaboração do discurso para fazer sua consideração. Ele ironiza ao trazer ao seu discurso “a fala” da personagem “Países Ricos”, ao dizer<sup>8</sup>:

Vamos culpar os mais pobres porque não têm produtividade, porque não produzem, não são desenvolvidos, portanto a distribuição seria correta em termos planetários porque nós mais ricos somos mais eficientes, mais organizados.

E complementando desqualifica o argumento citado dizendo<sup>9</sup>:

Mas qual o problema deste questionamento? É que são os países pobres aqueles que geram os bens ambientais e não os países ricos. Estão consumindo bens que nem mesmo sequer geraram.

Assim, a objetivação do termo “desenvolvido” revela um movimento, socialmente naturalizado, que requer padrões cada vez mais elevados de consumo. Então se supusermos que todas as nações algum dia atinjam este patamar, qual será o grau de consumo e a abrangência dos impactos ambientais? Contudo, considerando as bases nas quais se apoia o capitalismo talvez nossa questão pudesse ser colocada de outra forma: segundo o atual modo de produção existe mesmo possibilidade para que todos os países mais pobres tornem-se um dia países ricos ou ao menos tenham a condição de erradicar a pobreza? E a ela somamos outra: este modelo de desenvolvimento que impõe a todos o modo de produção capitalista é mesmo a única possibilidade? Ou em detrimento de qualquer outra possível é este modelo o escolhido e é ele que tentaremos reformar *ad infinitum*?

Correa, no decorrer de seu discurso, faz algumas considerações relacionadas a essas questões, quando diz<sup>10</sup>:

É imprescindível, inevitável, uma mudança na noção de desenvolvimento, o que nós entendemos com desenvolvimento, o que

---

<sup>8</sup> *Ibidem.*

<sup>9</sup> *Ibidem.*

<sup>10</sup> *Ibidem.*

nós buscamos. É absolutamente impossível que o modelo de vida de um nova-iorquino seja generalizado. Nós vamos precisar de cinco planetas se quisermos manter esses níveis de consumo. Isso seria insustentável. Impossível. Temos que mudar a noção de desenvolvimento.

No entanto, para mitigar as consequências decorrentes da nossa noção tão enraizada de desenvolvimento e sua consequente necessidade de consumo e extração exacerbada dos bens naturais, é preciso mais do que ações de boa vontade empenhadas em resolver problemas socioambientais localizados.

Outra contraposição à proposta oficial da conferência foi trazida pelo presidente da Bolívia, Evo Morales. Assim como outros participantes, Morales cobrou uma definição do termo “economia verde” e problematizou as ações conduzidas ou indicadas segundo os moldes daquilo que chamou de “ambientalismo”. E tanto nas considerações em relação a estes dois termos quanto em todo o seu discurso, fica evidente para Morales que, para discutir medidas globais a fim de instituir um desenvolvimento sustentável é necessária uma análise de como estabelecemos social, histórica e espacialmente esse modelo de vida. Morales então, considerando em sua fala os debates do dia anterior, argumenta<sup>11</sup>:

[...] ouvimos falar de economia verde. De acordo com o sentimento de agentes sociais do mundo inteiro, principalmente os povos indígenas, o que exatamente é o que entendemos por economia verde? Será que é o ambientalismo? Será que é a nova cor para subjugar os nossos povos sob o sistema capitalista? Ambientalismo pelo capitalismo é uma nova forma de colonialismo em duas partes: mercantilizando os recursos naturais da vida e é uma forma de colonialismo dos países do sul que sobre os seus ombros carregam a responsabilidade de proteger o ambiente que foi destruído pela economia industrial do norte. **O ambientalismo mercantilista transformou toda planta, toda árvore, toda gota d'água, algo a ser vendido.** Sujeito à ditadura do mercado privatiza a riqueza e socializa a pobreza. O ambientalismo usurpa a criatividade da natureza. E a natureza é a herança comum de todo ser vivo. E desapropria-o para lucro próprio. [...] O ambientalismo está colonizando a natureza porque está transformando a fonte de vida de muitas gerações em um ativo privado para o benefício de poucos e por isso o ambientalismo é apenas uma maneira de realizar o capitalismo destrutivo. É apenas mais uma forma de escravizar a natureza. (“Comunicação Evo Morales. Rio+20”, 2012) [grifo nosso]

Podemos identificar em seu discurso, duas imagens de natureza com as quais nos relacionamos globalmente dependendo das circunstâncias, tanto essa natureza objeto em situações de barganha – muito aparente nas concessões de créditos de carbono ou de compensação ambiental – quanto a natureza para além do fetiche, agora ela própria reificada. E nenhuma das duas imagens são algo natural, mas sim construídas espaço/temporalmente por nós, e com as quais nos deparamos e até escolhemos como conveniente em nosso cotidiano mais comumente do que pensamos.

---

<sup>11</sup> A comunicação do Presidente da Bolívia, Evo Morales, está disponível no mesmo vídeo que contém a comunicação de Rafael Correa, presidente da Venezuela. O endereço na *internet* foi citado na nota número 7.

### **Participar para intervir no ambiente: enredados em um novo discurso?**

Ao redor da conferência foram orquestrados diversos eventos dirigidos a grupos específicos e à população de um modo geral. Dentre eles, era possível encontrar espaços muito diversificados em forma e conteúdo da expressão de uma mesma temática. Alguns estavam voltados para a divulgação de assuntos de ordem científica, artística ou cultural, e outros para a manifestação de diferentes culturas, grupos e movimentos sociais, além de espaços de participação direta da sociedade civil na discussão oficial<sup>12</sup>. Dentre eles destacamos o espaço oficial de participação “Diálogos sobre desenvolvimento sustentável”, e a “Cúpula dos Povos”.

Os “Diálogos...”, segundo definições oficiais, se constituíram como um projeto inovador do Governo brasileiro com o apoio da ONU, em “uma iniciativa pioneira desenhada com o objetivo de criar um canal direto para aumentar e aprimorar a participação da sociedade civil na Rio+20 e em conferências internacionais em geral.”<sup>13</sup>.

É certo que nesse processo, um outro mecanismo anterior de participação já tinha sido utilizado, a “Plataforma Digital dos Diálogos”. Foi por esse mecanismo de votação via *internet* que, segundo dados da Conferência, mais de 63 mil pessoas de 193 países ajudaram a escolher 10 temas para cada diálogo. E foram estes conjuntos de 10 temas para cada um dos 10 diálogos que possibilitaram a realização do evento.

Sendo assim, foram reunidos 100 debatedores/painelistas, entre eles representantes da sociedade civil, de ONGs, da comunidade acadêmica e científica, da imprensa e do setor privado, escolhidos exclusivamente pelo Governo Brasileiro e pela ONU. Seu objetivo consistia na redação de um documento contendo 30 recomendações, sendo 3 relativas a cada diálogo, em sessões públicas de debate. Para a participação do público nos “Diálogos...” foi necessária inscrição prévia em página na *internet*, para constituir uma plateia com direito à votação no evento. Uma vez finalizadas as escolhas, estas recomendações foram encaminhadas aos Chefes de Estado e Governo para apreciação na conferência oficial. E estes foram os espaços reservados oficialmente à contribuição de homens e mulheres de todo o mundo em relação a um assunto que afeta a todos, em medidas muito desiguais.

Este espaço construído para participação da sociedade civil foi muito divulgado nas páginas oficiais da conferência no mundo e no Brasil, e a participação popular foi expressa como consolidada no “Documento final da conferência”<sup>14</sup> – que traz o texto redigido na reunião e intitulado “O futuro que queremos” – em que figura no primeiro parágrafo, sob o título “*Nossa visão comum*”, o seguinte dizer:

Nosotros, los Jefes de Estado y de Gobierno y los representantes de alto nivel, habiéndonos reunido en Río de Janeiro (Brasil) entre el 20 y el 22 de junio de 2012, **con la plena participación de la sociedad civil**, renovamos nuestro compromiso en pro del desarrollo sostenible y de la promoción de un futuro económico, social y ambientalmente

---

<sup>12</sup> Estes espaços eram: “Diálogos sobre desenvolvimento sustentável”, o “Fórum de ciência, tecnologia e inovação para o desenvolvimento sustentável”, a “Feira do meio ambiente, ciência e tecnologia – FEMACT”, a exposição “O futuro que nós queremos” e a “Cúpula dos povos para a justiça social e ambiental”.

<sup>13</sup> Fonte: <http://vote.riodialogues.org/results1-pt.html?l=pt>.

<sup>14</sup> O documento oficial da Rio+20 foi publicado pela ONU como documento de Assembleia Geral, sob a catalogação A/RES/66/288 significando o 66º período de sessões. Disponibilizado em inglês, espanhol, chinês, francês, russo e árabe em: <http://www.uncsd2012.org/thefuturewewant.html>.



sostenible para nuestro planeta y para las generaciones presentes y futuras. (NACIONES UNIDAS, 2012) [grifo nosso]

Entretanto, durante a realização dos “Diálogos...” não ficou claro se alguma **recomendação** – e talvez já o próprio nome anteviesse certa desvantagem na relação de poder com outros sujeitos históricos – tinha a necessidade de ser aceita, ou se o documento tinha capacidade de interferir com certeza no texto final. Ainda que considerando a inovação desse processo, pois foi a primeira abertura para participação da sociedade civil em uma conferência da ONU e ainda fazendo uso das tecnologias da comunicação, podemos tecer alguns comentários em relação ao moldes sob os quais se deu esse processo participativo.

Todos os 10 temas para cada diálogo, foram elaborados em frases curtas e fechadas, e eliminavam do diálogo a que se dirigiam toda uma diversidade de questões preferencialmente políticas e econômicas. Fazendo com que os temas oscilassem entre o global em geral e o nível do comunitário ou regional, ou seja, das relações entre cidadãos. Para exemplificar, tomemos para isso o tema “Oceanos”, muito valorizado pelos painelistas e em geral, por toda a conferência.

Na plataforma digital o tema mais votado para este diálogo foi:

*Evitar poluição dos oceanos pelo plástico por meio da educação e da colaboração comunitária.*

E os outros 9 encaminhados para os “Diálogos...” foram:

- 1- A gestão da pesca deveria ser baseada no ecossistema, tendo em conta a necessidade de todos os componentes do ecossistema, incluindo os predadores;
- 2- Desenvolver uma rede global de áreas marinhas protegidas internacionais;
- 3- Lançar um acordo global para salvar a biodiversidade marinha em alto-mar;
- 4- Promover a criação de áreas marinhas protegidas, concebidas e administradas conjuntamente por pescadores artesanais, como uma ferramenta para assegurar a governança marinha e a sustentabilidade dos recursos de pesca em todo o mundo;
- 5- Proteger os oceanos por meio da adoção de uma Carta Universal de Responsabilidades, na ONU;
- 6- Criação de mecanismos de governança global dos oceanos para preservar a biodiversidade e os recursos genéticos em um cenário de crescente nacionalização do ambiente marinho;
- 7- Monitorar e promover pesquisas internacionais coordenadas sobre acidificação dos oceanos e seus efeitos na vida e no ecossistema marinhos;
- 8- Expandir e implementar arranjos institucionais internacionais para proteger o ambiente marinho de atividades em terra;
- 9- Procedimentos para o gerenciamento de pesca deveriam ser acordados entre os interessados sempre que possível, com medidas de gerenciamento acordadas com antecedência e baseadas em cenários realísticos das condições ecológicas e de pesca nos próximos anos.

Nesse diálogo, nenhum tema é claro e objetivo quanto às ações que precisam ser gerenciadas e fiscalizadas, a não ser a pesca, e ocultam-se os variados eventos e ações bem localizados que poluíram ou poluem constante ou esporadicamente nossos oceanos e também baías, golfos e mares. Entre eles, aqueles relacionados a ganhos econômicos muito mais vultosos que a indústria da pesca e de interesses corporativistas específicos. São os pertencentes à indústria do petróleo, que tem entre seus últimos “atos” os

vazamentos de grandes proporções no Golfo do México em 2010, em um poço operado pela empresa britânica *British Petroleum*, e o da Bacia de Campos, na costa brasileira, em um poço da empresa estadunidense *Chevron*. Esta última em meio aos seus esclarecimentos afirmou que o vazamento de petróleo não veio do poço perfurado por ela, mas sim de uma **falha natural** no fundo do mar. E por fim os descartes de lavagem dos navios e seus porões quase que diariamente na Baía de Guanabara, no Rio de Janeiro. Ações rotineiras que devem se repetir em muitos outros locais neste planeta.

Percebemos então, que muitos pontos importantes, de ordem distinta daqueles relacionados aos atos cidadãos, foram suprimidos, e ao nos determos ao tema mais votado – *Evitar poluição dos oceanos pelo plástico por meio da educação e da colaboração comunitária* – percebemos novamente algo de muito familiar. Uma certa semelhança com as ações derivadas do *discurso heroico*. Deste modo, esvaziar a discussão da sua complexidade, ou seja, das relações políticas, econômicas e sociais estabelecidas pelo modo de produção, nos leva invariavelmente a construir elaborações gerais e vazias e a chafurdar o campo das ações relacionadas a atitudes e comportamentos em nossos contextos locais do dia a dia.

Portanto se esse contexto de participação nos aproxima dos resultados do *discurso heroico* e pelo esvaziamento da discussão podemos estar vendo também a ação dos mecanismos de um *discurso da participação*. Agindo da mesma maneira ao fazer uso de uma estratégia ideológica que ofusca do processo de participação os termos de seu próprio estabelecer enquanto processo político. E oferece aos indivíduos a convicção idealizada de que escolher dentre propostas pré-selecionadas por um segmento de alto nível – no nosso caso específico de discussão no momento, mas na maioria das vezes lugar assumido pelo poder público local – efetiva a sua participação como se tivessem discutido e elaborado suas próprias propostas.

Por conseguinte, o processo anterior também oculta o processo de valoração dos diferentes sujeitos históricos presentes na discussão exposto sem modéstia pela expressão: “segmento de alto nível”. Pois os processos participativos se estabelecem em uma esfera discursiva formada pela enunciação de diferentes sujeitos históricos que, a partir do imaginário construído socialmente, traz consigo um critério de valor ou de poder no discurso. Assim em um exemplo semelhante, a voz de um cientista tem mais valor que a de um indivíduo sem este tipo de formação, muitas vezes caracterizado como morador, integrante de comunidade escolar, cidadão.

Outro aspecto importante no estabelecimento de espaços de participação, que percebemos a partir deste exemplo, está relacionado aos tipos de conhecimento, científicos ou não, necessários para instituir uma discussão na complexidade também das suas contradições. Tomemos o caso da explicação da empresa *Chevron* para o vazamento de óleo na Bacia de Campos, seria mesmo possível uma falha natural jorrar petróleo? O que é uma falha natural? O que é o petróleo e quão profundo ele é encontrado no interior da Terra? Como se faz um poço de extração de petróleo no fundo do mar? Quais os riscos? Todas estas questões são de cunho científico e tecnológico, com respostas aquém dos conhecimentos trabalhados atualmente na sociedade (escolas, museus, universidades, televisão, etc).

### **Considerações Finais**

Concluimos este texto constatando a importância de fazermos a crítica ao modelo de participação adotado na Rio+20, mas consideramos igualmente necessário reconhecer o valor de termos presente nesse evento vozes dissonantes do discurso

oficial, como foram os casos que analisamos dos discursos dos presidentes Rafael Correa e Evo Morales. Ressaltamos que o vídeo-registro destes discursos, que nos permitiu fazer a presente análise, pode se tornar uma arma na luta pela construção de uma cultura contra-hegemônica que se contraponha aos *discursos heroicos* tão presentes no campo da Educação Ambiental.

Esperamos ter contribuído com esta análise para motivar que os vídeos-registro dos discursos de chefes de Estado na Rio+20 sejam utilizados como ferramenta para a explicitação de conflitos em trabalhos de Educação Ambiental emancipatória (LOUREIRO, 2006, 2007 a, 2007 b).

Porém ressaltamos que para ser de fato uma atividade de Educação Ambiental emancipatória é necessário que esta busque alcançar objetivos coerentes com a proposta de uma efetiva emancipação humana. Segundo Loureiro, trabalhamos pela emancipação quando:

[...] agimos para superar e superamos: (1) relações paternalistas e assistencialistas que reproduzem a miséria (intelectual e econômica); (2) uma educação que impede a capacidade crítica de pensar e intervir de educadores-educandos; (3) a apropriação privada do conhecimento científico; (4) práticas políticas que viciam a democracia e sufocam o desejo da participação, garantindo o privilégio de oligarquias que se constituíram com a lógica colonial que instaurou o Brasil; (5) relações de classe que condenam milhões a uma condição indigna, de precariedade na luta pela sobrevivência, por força dos interesses do mercado e seus agentes, “coisificando” a vida. (LOUREIRO, 2007, p. 161).

### Referências bibliográficas

BAKHTIN, M. M. **Marxismo e filosofia da linguagem: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem**. 14. ed. São Paulo: Hucitec, 2010 a.

\_\_\_\_\_. **Estética da criação verbal**. 5. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2010 b.

**Comunicação do Presidente do Equador Rafael Correa na Terceira Plenária com Chefes de Estado sobre Desenvolvimento Sustentável. RIO+20**. Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: <[http://youtu.be/hY6BwD\\_vDIY](http://youtu.be/hY6BwD_vDIY)>

**Comunicação do Presidente Evo Morales na Terceira Plenária com Chefes de Estado sobre Desenvolvimento Sustentável. RIO+20**. , 2012. Disponível em: <[http://youtu.be/hY6BwD\\_vDIY](http://youtu.be/hY6BwD_vDIY)>

JAMESON, F. **Pós-modernismo: a lógica cultural do capitalismo tardio**. São Paulo: Atica, 1996.

LOUREIRO, C. F. B. Crítica ao fetichismo da individualidade e aos dualismos na educação ambiental. **Educar em Revista**, n. 27, p. 37–53, 2006.

\_\_\_\_\_. Emancipação e complexidade: para o repensar das tendências em Educação Ambiental. **Cadernos de Educação (UFPel)**, v. 1, p. 147–162, a. 2007 a.

\_\_\_\_\_. Emancipação. In: FERRARO JÚNIOR, L. A. (Ed.). **Encontros e caminhos: formação de educadoras (es) ambientais e coletivos educadores**. 1. ed. Brasília: MMA - Ministério do Meio Ambiente, 2007 b. v. 2p. 157–170.

MANDEL, E. **O capitalismo tardio**. 2. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

NACIONES UNIDAS. **El futuro que queremos. Asamblea General, Resolución, n. 66/288**, 2012.

ZIZEK, S. **Lacrimae rerum: ensaios sobre cinema moderno**. São Paulo: Boitempo, 2009.

\_\_\_\_\_. **Um mapa da ideologia**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2010.